

PESQUISA E LUTA POLÍTICA NA TRAJETÓRIA E VISÃO DE HELENA WENDEL ABRAMO¹

VANESSA ARAÚJO CORREIA²


VICTOR HUGO NEDEL OLIVEIRA³


RESUMO

Nesta entrevista, conversamos com Helena Wendel Abramo, uma das mais destacadas investigadoras no campo de estudos de juventude no Brasil. Retomamos sua trajetória como pesquisadora, gestora e militante, suas contribuições, novas preocupações e apontamentos para o campo de pesquisa com jovens e a formulação de políticas públicas voltadas para esse público.

PALAVRAS-CHAVE: JOVENS; JUVENTUDES; POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE;
PESQUISA; PESQUISA COM JOVENS.

¹ Pesquisadora. Mestra em Sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: hwabramo@yahoo.com.br.

² Doutoranda em sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: vancorreia@usp.br.  <https://orcid.org/0009-0009-8165-835X>

³ Professor Adjunto e Pesquisador do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação (GEPJUVE/UFRGS/CNPq). E-mail: victor.nedel@ufrgs.br.  <https://orcid.org/0000-0001-5624-8476>

INTRODUÇÃO

Helena Wendel Abramo é uma socióloga e pesquisadora brasileira de grande relevância no estudo das juventudes no Brasil, além de ser uma figura importante na formulação de políticas públicas para esse público. Sua produção está profundamente enraizada nas realidades sociais dos jovens e não apenas as descreve, mas busca transformar as condições de vida desse grupo. A mediação entre investigação e prática política marca a sua trajetória como intelectual orgânica, comprometida com a promoção dos sujeitos com os quais investiga.

A conversa com Helena dá continuidade às entrevistas com investigadores/as de juventude realizadas pela revista *Última Década* no último período e, como as outras, discute os desafios metodológicos para o trabalho de investigação na América Latina.

—Helena, a primeira coisa que acreditamos que interesse aos pesquisadores que acompanham o seu trabalho e que vão ler essa entrevista é sobre o que te levou a pesquisar e atuar com jovens? E, olhando para sua trajetória, como e por que se sustentou esse seu interesse pelos fenômenos juvenis?

—Eu entrei na faculdade em 1977 e fiz parte de uma geração para a qual a discussão sobre a juventude estava muito marcada pela geração anterior, a de 1968, que fez uma luta importantíssima no Brasil, com uma dimensão política, cultural e comportamental e que viveu a repressão e o fechamento da sociedade, viveu a ditadura que se abateu de forma muito violenta sobre a juventude. Quando eu fiz o meu Ensino Médio, eu já tinha alguma participação na escola desde o ginásio, aquela coisa típica de grupo de teatro, jornalzinho, na tentativa de reconstruir os centros cívicos, os grêmios que haviam sido proibidos pela ditadura... Quando eu entrei na universidade, no curso de Ciências Sociais da USP (Universidade de São Paulo), eu tive, digamos, a sorte de entrar no ano de 1977, porque foi o ano em que o movimento estudantil voltou a fazer

manifestações de rua, duramente reprimidas a partir do AI5. Foi justamente no ano de 1977 que o movimento estudantil conseguiu retomar o seu papel público, como resultado de um longo e minucioso trabalho de reconstrução levado adiante pelas corajosas lideranças que resistiram nos piores anos da ditadura. Então, a discussão sobre juventude até aquele momento era muito vinculada ao escopo social (estudantes de classe média) e à pauta política muito forte, muito intensa, da geração anterior. Mas para quem estava ingressando no final dos anos 1970 já existiam diferenças geracionais, algumas questões já eram diferentes, a composição social começava a mudar, os próprios questionamentos contra o regime político autoritário assumiam outros contornos. Então, essa busca de tentar entender a que questões cada segmento de jovens, cada geração, cada manifestação juvenil está respondendo, de acordo com o contexto histórico e as experiências vividas, já vinha da minha própria prática e dos debates internos que o movimento estudantil fazia naquela época. A minha geração já era uma geração que começava a discutir a questão da cultura de uma maneira diferente da década anterior, também um pouco da questão ambiental, então começa a ter um levantamento de, digamos assim, novas agendas. Mas ainda muito vinculada a essa localização social, de classe, do papel como estudante, e da lógica da organização política.

Quando eu terminei a minha graduação e comecei a me interessar por seguir os estudos na pós-graduação, no começo dos anos 1980, eu estava muito impactada pelas manifestações de jovens de um universo completamente diferente, os grupos culturais que se articulavam em torno dos estilos musicais, não em oposição, mas nas fimbrias da indústria cultural, os punks em primeiro lugar. Eu terminei a minha graduação em 1981 e, nesse período, eles já estavam atuando e se fazendo visíveis. Observar as suas manifestações, grupos, músicas, estilo, shows produziu em mim uma interrogação muito forte.

Em 1982 aconteceu o festival punk “O Começo do Fim do Mundo”, no Sesc Pompeia. Aquilo realmente causou um impacto muito grande. A

interrogação que me vinha era: quem são esses jovens? O que eles estão demandando, o que querem produzir de interferência? Eles pareciam não ter nada a ver com a nossa experiência, com aquilo que o Brasil estava acostumado a ver em termos de manifestação pública, política ou comportamental, produzidas pelos jovens de classe média. Eram outros, com outras questões. E estavam produzindo interferência, interpelações, tão contundentes quanto as nossas.

Nesse período também a imprensa, os jornais e revistas, começam a dirigir atenção para segmentos de consumidores jovens, montando seções ou cadernos com matérias sobre música, moda, comportamento. Pode-se dizer que o primeiro foco de atenção, de informações e debate a respeito desses fenômenos aconteceram no interior mesmo da indústria cultural, nos cadernos culturais dos jornais; mas, na universidade, não havia uma discussão atualizada sobre a questão da juventude, ou pelo menos sobre a juventude para além do universo estudantil.

Quando entrei na universidade, a Maria Alice Foracchi já tinha falecido (precocemente, infelizmente!), deixando um grande vazio, e esse tema não estava sendo discutido por nenhum outro pesquisador, pelo menos na USP.

Nas disciplinas que eu fiz, conseguia capturar algum conhecimento sobre a situação dos jovens através de estudos sobre estratégias familiares de sobrevivência, o arranjo das famílias para tocar a vida. Então, dentro disso aparecia a distribuição dos papéis dos diferentes membros da família e, de alguma maneira, as relações intergeracionais, e podíamos entender algo sobre a vida dos jovens das classes populares, das classes trabalhadoras.

Bom, ainda pensando como é que esse tema surgiu para mim, um dos primeiros trabalhos que eu fiz depois de formada foi no CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea). Foi uma grande experiência para mim. Foi um trabalho coordenado pelo professor Lúcio Kowarick, com a Maria Célia Paoli e a Vera Silva Telles, todos grandes intelectuais, pesquisadores e professores,

importantíssimos na minha formação. Era um estudo sobre o modo e condição de vida da classe trabalhadora no Brasil, focando nos metalúrgicos de São Paulo e do ABC, que tinham acabado de emergir como atores sociais contemporâneos através das greves de 1978. Eu fui trabalhar como estagiária nesse grande grupo de pesquisa e a gente estava trabalhando com dados estatísticos, mas também com entrevistas qualitativas com os diferentes membros das famílias os trabalhadores metalúrgicos, suas mulheres e os filhos jovens. Eu, por sorte, fiquei encarregada, junto com a Vera Telles, de fazer as entrevistas com os jovens, os filhos. O meu interesse por entender o que estava acontecendo com essa juventude das classes trabalhadoras se aprofundou nesse trabalho.

Bom, acho que foi assim que nasceu meu interesse intelectual sobre o tema. E, é claro, que eu tinha um diálogo com as questões que eu trazia da minha própria atuação juvenil, então, nunca foi um interesse puramente acadêmico. Sempre foi um interesse que tinha a ver também com aquilo que estava acontecendo com a sociedade brasileira e a gente dentro dela. Era também o momento do nascimento do Partido dos Trabalhadores, com o qual eu me envolvi desde o início. Então, o meu interesse era entender quem eram os “novos personagens que estavam entrando em cena”, como colocou Eder Sader, outra referência fundamental na minha formação intelectual e política. Eu também tinha muito interesse em entender de que maneira os jovens se constituem como personagens nesse novo mundo complexo que emergia de uma longa ditadura e de uma nova ordenação social e econômica, e, portanto, com um tecido social com um tramado diferente. O difícil foi conseguir fazer um projeto de pesquisa e encontrar um orientador para o meu mestrado, porque o tema da juventude tinha mesmo saído da pauta da sociologia naquele momento.

—Você encontrou resistência na universidade para trabalhar com o tema das juventudes?

—Não encontrei nenhuma resistência, pelo contrário, os professores da minha época foram sempre muito legais. E a minha orientadora, Irene Cardoso, foi maravilhosa comigo. Porque ela disse: "olha, não é um tema que eu tenho acúmulo, mas, vamos explorar juntas". Então, ela me auxiliou muito na busca de literatura e referências, e naquela época não tinha internet! Fui reunindo tudo que existia, que não era muito...

A minha turma de pós-graduação estava toda envolvida nos estudos dos chamados “novos movimentos sociais”, era sobre isso que havia literatura de ponta, reflexão em desenvolvimento, debate intelectual; era isso que eu mesma estava estudando nas disciplinas. Mas eu sabia que não queria classificar essas manifestações, esses grupos juvenis, como movimentos sociais, eu percebia que não dava para entender isso da mesma maneira que a gente estava entendendo os movimentos de saúde, de moradia, de mulheres. Eu achava que era outro tipo de fenômeno, que exigia uma outra abordagem conceitual. Mas também não me bastava a interpretação disponível que buscava enquadrá-los como um fenômeno de consumo, como “mero produto alienado da indústria cultural”, eu tinha certeza de que essa visão não captava o sentido mais importante daquelas experiências. Então, foi muito difícil para mim construir uma entrada teórica que me ajudasse na interpretação.

Minha saída foi adotar a perspectiva histórica, e usar a chave da questão das gerações. Nesse sentido, foi a leitura do Karl Mannheim que mais me auxiliou, principalmente para compreender que cada geração tem que lidar com contextos específicos, elaborar respostas e questões para si mesmos que acabam também por interpelar a sociedade. É nessa perspectiva que eu vim fazendo pesquisas sobre jovens: buscar entender com que questões os jovens estão lidando em cada contexto, que tipo de resposta eles conseguem elaborar e, dessa maneira, que questões eles colocam para a sociedade e forçam a elaboração de novas respostas.

Felizmente, logo depois, o tema ganhou mais espaço e os estudos e abordagens foram se ampliando e diversificando. Pudemos avançar no seu entendimento como um fenômeno cultural, de múltiplas determinações; pudemos explorar sua compreensão a partir do debate teórico sobre identidade e com o avanço dos estudos sobre ação coletiva. E hoje temos muitos pesquisadores e grupos de pesquisa, áreas de pós-graduação, periódicos, simpósios, voltados para o tema da juventude. Temos pesquisadores jovens na academia, e muito vindos das classes populares, reivindicando a possibilidade de contar a sua própria história, de trazer seus próprios pontos de vista para a reflexão acadêmica. O que é muito bom, renovador, e adensou imensamente a nossa capacidade de compreensão.

Eu permaneci no tema, mas não na academia.

Fui tentar acompanhar a configuração de outros grupos juvenis, e fui também buscar refletir como a sociedade, as instituições, os demais atores e movimentos sociais absorvem (ou não), como reagem, como dialogam com as questões levantadas pelos jovens, na agenda pública, na elaboração de políticas públicas. Esse foi o tema do meu doutorado, que nunca concluí, por questões pessoais. Minha pesquisa de doutorado era sobre a “tematização da juventude nos anos 1990”; abandonei com três capítulos escritos, mas um pouco da tese principal é o que ficou esboçado em um artigo que foi publicado em 1997 na revista da ANPED, um dos primeiros “dossiês” com artigos acadêmicos sobre juventude, organizado pela Marília Sposito e Angelina Peralva

Fiquei no tema para o resto da vida, apesar dos muitos incômodos que possa sentir pelo “não lugar de fala”, porque o tema continua me instigando, me provocando. Fazendo muita pesquisa, de diferentes escopos e metodologias, em diferentes espaços institucionais, mas quase sempre para construir diagnósticos que orientem a formulação de agendas e proposições de políticas públicas.

Por que insisto na juventude? Não é, evidentemente, porque queria me identificar com os jovens. Não é também porque os prefira em relação a outros grupos etários. Não acho que os jovens são prioridade em relação a todos os grupos, acho que crianças, e adolescentes, sem dúvida, são prioridade. Sempre achei. Mas acho que, apesar de muito destaque nos meios de comunicação e nos apelos políticos, suas questões ainda são pouco consideradas, e suas experiências mais significativas permanecem em grande parte invisíveis, ou desqualificadas. Por isso continuo achando fundamental que sejam feitas pesquisas, diversas pesquisas, boas pesquisas, porque há muito ainda o que conhecer. E a cada geração, esse conhecimento precisa ser atualizado. E, por fim, porque com as questões colocadas pelos jovens, podemos alargar o escopo das respostas possíveis para a sociedade.

Meu compromisso político com o tema não vem da ideia de que os jovens sejam os únicos ou principais responsáveis pela transformação. Não tenho essa visão, não gosto muito desse apelo convocatório. Mas acho que as questões, os conflitos, as problematizações que eles trazem com suas experiências singulares nos convocam, aqueles que têm interesse em transformar a sociedade, a enfrentar questões ainda não incorporadas, e a alargar os nossos horizontes de possibilidades, a transformar o nosso mundo em direções inusitadas.

—Na sua trajetória há uma combinação entre a pesquisa científica, a militância política e a atuação na gestão pública. Como você atuou em cada uma dessas frentes e quais contribuições e desafios você experimentou em cada uma delas nessa aproximação da temática da juventude?

—Na academia o principal desafio foi avançar com um tema que não tinha, naquele momento, uma linha ou um grupo constituído, nem do ponto de vista do objeto, nem do ponto de vista de um enquadramento teórico. Eu fiz o meu mestrado com muita dificuldade, demorei muito, foi muito difícil construir uma maneira de conseguir falar do que eu queria. Nesse meio tempo, eu precisava

trabalhar, precisava tocar minha vida e construir um lugar profissional. Eu já tinha trabalhado um pouco em alguns centros de pesquisa. Eu nunca tive o desejo de ser professora, por isso também nunca pensei em ir para a universidade, porque eu não tinha a perspectiva de ser professora. E trabalhei em centros que naquela época eram o lugar onde se fazia pesquisa em ciências sociais, no CERU (Centro de Estudos Culturais e Urbanos) e depois no CEDEC; tinha também o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), onde não trabalhei, mas onde participei de um programa de formação de quadros. Daí eu fiz um concurso para socióloga da Prefeitura de São Paulo, na gestão da Luisa Erundina, e passei, escolhendo me colocar na Secretaria da Cultura, que era comandada então pela Marilena Chauí, em um projeto piloto de memória e história oral coordenado pela Maria Celia Paoli, duas outras professoras maravilhosas e grandes referências. Aí se instalou em mim essa perspectiva, essa vontade de construir políticas públicas que fizessem sentido, essa aposta de que a minha ação profissional, como socióloga, pudesse também colaborar para a transformação da sociedade, da vida das pessoas. Acho que essa foi uma das principais apostas que eu fiz. A ideia de que é possível fazer algumas transformações através das políticas públicas. No Brasil, acho que o Estado ainda é um promotor de transformações. Depois da nossa terrível experiência com a ditadura, em que o Estado era puramente repressor, com os governos democráticos populares, pós-constituente de 1988, reabrimos essa chance de esperança. Eu iniciei minha vida profissional nesse momento e construí essa perspectiva profissional nesse embalo.

Eu fiz uma pequena interrupção logo no começo da minha carreira na Prefeitura, porque a Ação Educativa, uma ong recém-formada e que trabalhava com educação popular, me chamou para ir abrir a área de juventude e eu tirei licença sem vencimentos por dois anos e fui trabalhar com eles. Então, aí, foi outro nível de envolvimento com o tema da juventude, a partir do que a gente chamava de “organizações da sociedade civil”. Ali pude ter contato com vários

grupos juvenis que estavam se constituindo, se formando, alguns ligados à educação, outros à cultura, como os de hip hop.

Então, aí começou uma discussão sobre a questão dos direitos dos jovens. Foi um período de bastante efervescência, porque coincide com a reorganização da sociedade civil e com a constituição de governos de corte democrático popular, tentando pensar em programas coisas para diversos segmentos, inclusive os jovens. Então tínhamos a academia mostrando mudanças na constituição sociológica de uma geração, os novos governos de corte democrático popular, tentando pensar em coisas para jovens, os novos partidos políticos, principalmente os de esquerda, estruturando ou reestruturando suas seções juvenis, as pastorais de juventude constituindo grupos de atuação e desenvolvendo campanhas públicas, os grupos culturais expressando publicamente suas demandas, certos movimentos sociais começando a dialogar com o tema da juventude, como o movimento negro dialogando com o hip hop. Tínhamos também a ação de organismos multinacionais, como os ligados à ONU, incentivando projetos, em ligação com organizações que atuavam a partir do voluntariado, do terceiro setor, a chamada “nova filantropia” e, logo depois a acentuação da presença de institutos e fundações empresariais, que sempre tomaram os jovens como um de seus públicos preferenciais.

É nesse cenário de múltiplos atores que a agenda da juventude se desenvolve e isso imprime uma característica interessante, que é dimensão das construções coletivas e ao mesmo tempo atravessada desde o primeiro instante por muitas polemicas e disputas políticas. Disputas conceituais, sobre o papel dos jovens, sobre as pautas prioritárias, sobre o modo como se devia dar a organização e participação dos jovens...

Esse período foi também muito rico para mim porque acho que dialoguei com todos esses atores. Em função da minha pesquisa, eu era convidada a ir debater com professores e entidades estudantis, com ongs, fundações e

movimentos sociais, com prefeituras, juventudes partidárias, pastorais, e grupos de periferias... sempre com perguntas que incluíam “quem são os jovens de hoje”, “o que fazem” e o “que querem”... Devo dizer que, além das pesquisas, foi nesses diálogos que construí muito das minhas percepções e interpretações sobre as agendas em formação.

Depois fui me envolvendo cada vez mais com a formulação de políticas públicas para jovens: na Câmara Municipal de São Paulo, onde fui assessorar a primeira comissão legislativa de políticas públicas para a juventude, instalada pelo então vereador Nabil Bonduki; na primeira conformação do CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude), onde ajudamos a formular as bases para o desenvolvimento da política nacional de juventude, processo liderado por Regina Novaes, outra grande companheira de militância política e intelectual desse tema; quando participei da gestão da Secretaria Nacional de Juventude, no governo Dilma, até o golpe de 2016; e na própria Secretaria Municipal da Cultura, para onde voltei e estou até hoje, onde desenvolvemos vários programas voltados para jovens das periferias, como o VAI (Programa de Valorização de Iniciativas Culturais) e o PJMC (Programa Jovem Monitor Cultural).

—No artigo “O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro” (Abramo, 2005), você apresenta duas tarefas que são complementares para o debate sobre a questão juvenil: uma conceitual, que se refere a consolidar uma definição social do que é a condição juvenil e outra política, quanto à construção de uma noção comum a respeito de que direitos devem ser assegurados para que as pessoas possam vivenciar a condição juvenil. Como você percebe que essas duas tarefas foram realizadas ao longo dessas duas últimas décadas? Experimentamos avanços?

Esse texto é um bom exemplo da minha produção, que eu não considero uma produção acadêmica, porque, fora a minha dissertação de mestrado, tudo o que eu escrevi, pesquisei ou fiz, foi sempre movido por uma questão colocada

pelas necessidades políticas do momento, no sentido da construção da agenda de direitos para os jovens. E, também, por uma pegada polemica, eu estou sempre disputando uma ideia, uma posição, frente a outras colocadas na arena política, mesmo quando estamos falando de conceitos, da condição juvenil por exemplo. Porque é isso, não existe definição conceitual sociológica de juventude que não seja uma concepção em disputa, um conceito em disputa. É uma construção que depende de uma perspectiva, depende de um posicionamento, depende de um jeito de olhar o tema e depende também de um objetivo, o que você quer fazer com isso. Eu sei que a minha produção está sempre marcada por isso.

Eu tento deixar explícita a intenção política nos meus textos, porque é de fato o que eu tomei para mim como forma de pensar, de pesquisar e de escrever, é a busca de conquistar direitos para os jovens, de construir um lugar transformado para eles na sociedade e de acentuar a dimensão transformadora que sua presença e experiência também podem ter. Mas, para isso, é preciso pesquisa genuína e metodologicamente correta, é preciso ser capaz de cuidar da definição conceitual e de fazer diagnósticos bem feitos sobre a situação dos jovens.

Nesse texto, a nossa intenção (eu coloco no plural porque as questões motivadoras do texto foram muito partilhadas com a Magi (Maria Virginia de Freitas) e a Fernanda Papa, organizadoras da publicação) era, entre outras coisas, dar uma base conceitual para a formulação na agenda pública sobre juventude que estava em constituição no país. Uma das questões polêmicas e objeto de disputa era a diferenciação do campo da juventude em relação ao de infância e adolescência. E, ao mesmo tempo, os parâmetros para a formulação de políticas públicas, já nesse momento atravessada pela presença, na América Latina, da ação dos organismos internacionais como a ONU, a UNICEF, a UNESCO, a OMS, o BID, a OCDE que, em todos os países, estavam orientando a construção de programas, políticas e organismos para a juventude. E nós quisemos estabelecer nessa publicação quais poderiam ser as referências para a construção

de uma agenda singular para o Brasil, com suas especificidades e perspectivas políticas em um momento de constituição de um governo de caráter popular, democrático e comprometido com a justiça social, como o governo Lula.

O que eu acho que precisa ou o que poderia ser dito para os pesquisadores e para quem está no mundo da política, atuando, é que é preciso sempre partir de um bom diagnóstico. Eu não acho que tenhamos respostas prontas, respostas padrão e que possamos tomar as agendas postas globalmente, sem fazer um esforço reflexivo, muito dedicado, de confrontar com os diagnósticos do que temos nesse momento, porque as questões não duram muito do mesmo jeito. Temos questões estruturais colocadas, como a exploração dos trabalhadores jovens, o racismo genocida, a desigualdade social, mas temos uma transformação de como isso se configura a cada geração, a cada momento histórico, então temos de sempre atualizar o diagnóstico.

Quando a gente fez a discussão no começo do governo Lula em torno do Projeto Juventude, que foi um momento muito importante de elaboração inicial da agenda pública que depois buscava tradução em uma política nacional de juventude, havia uma grande disputa conceitual em torno dos paradigmas pelos quais os jovens eram vistos e tratados, do ponto de vista das políticas públicas. É aquela discussão do “jovem como problema”, o jovem como “um ser em formação”, que você tem que moldar através da educação, e a ideia do “jovem como sujeito de direitos” ou como “ator do desenvolvimento social”.

Então, eu diria que o nosso primeiro embate e esforço conjunto foi a tentativa de superar a ideia do jovem como um problema, naquele sentido de que o jovem é aquele que, por causa dos seus comportamentos, traz problemas para si próprio e para a sociedade, então a ação do Estado teria que ser de resgatar, controlar... controlar primeiro e, se ele cai no desvio, você tem que resgatar, coibir ou salvar. Tivemos que fazer muito esforço para a superação dessa visão

do jovem como problema. E acho que conseguimos, de alguma maneira, problematizar essa visão.

E acredito que o que ficou mais forte nesse chamado campo das políticas públicas para a juventude foi a perspectiva que envolve uma mescla dos paradigmas dos jovens como sujeito de direitos com o dos jovens como atores de desenvolvimento. Os jovens têm que ter direitos, mas também tem que participar da definição dos direitos. Foi o que orientou a construção do da maioria das políticas de juventude. tivemos, nesse sentido, uma “vitória” conceitual e tivemos também conquistas na construção de uma agenda de direitos que não existia antes.

Outra conquista importante foi compreender a diversidade que atravessa a juventude e estruturar, como eixo da agenda, o combate às desigualdades e a afirmação dos direitos relacionados a toda a diversidade. A pauta da juventude é a pauta dos direitos a todos serem como quiserem ser. Essa é uma conquista fundamental dessa geração de jovens, que permanece como luta, agora renovada como eixo central de luta contra o fascismo. Então tivemos, sim, muitos avanços neste período.

Agora, tivemos recentemente um período de recuo. Nas duas coisas, nos direitos e no conceito. E acho que esses recuos foram produzidos tanto no período do governo Bolsonaro (2018-2022), que destruiu e descontinuou políticas, e desrespeitou direitos, como no período imediatamente após o golpe de 2016, na gestão do Michel Temer (2016-2018), onde se produziu uma brusca mudança de paradigmas, da ideia dos direitos para a ideia da aposta, e exigência, na “produtividade” dos jovens.

—E, para você, com a mudança de governo em 2022 o Brasil conseguiu retomar os avanços e interromper esses retrocessos?

—Eu acho que ainda é cedo para avaliar isso. Mas acho que temos de ficar atentos. O Unicef voltou a ter uma predominância no debate sobre a juventude do Brasil, puxando a discussão para a questão da adolescência. E qual é o problema de puxar para adolescência? Como eu disse, eu continuo achando que o adolescente é prioridade em relação ao jovem, de modo geral, mas quando você produz diagnósticos apenas olhando para as questões da adolescência, você deixa de entender, e problematizar, questões que estão sendo vividas pelos que estão na etapa seguinte do ciclo de vida, a etapa da juventude, onde estão colocadas algumas das questões mais cruciais do nosso contexto histórico: como toda a discussão sobre trabalho, suas condições, a precariedade, a necessidade de direitos, de trabalho decente, ou digno, não é um tema do adolescente, é um tema do jovem, entendeu? Então se olhamos apenas da ótica das demandas da adolescência, nunca vamos chegar nesses problemas.

—Quais lacunas e desafios você identifica no campo da investigação com jovens?

—E eu sinto um pouco de aflição quando eu acho que os temas de pesquisa se repetem muito e, às vezes, ficam girando em torno do mesmo eixo. Boa parte das pesquisas de percepção política, por exemplo, buscam responder se jovens hoje estão mais ou menos conservadores, mais próximos da direita que da esquerda. Quantos jovens se identificam com a esquerda, quantos com a direita. Ou sobre as formas de organização, se são mais próximas ou distantes das formas tradicionais e institucionalizadas de fazer política. Considero esses temas importantes e relevantes, mas lamento que haja menos curiosidade, menos pesquisa e menos reflexão sobre quais são as bandeiras que esses e outros grupos têm, pelo que eles estão lutando. Com que questões estão se debatendo, o que os move a se identificar com um ou outro valor e espectro político.

Então eu sinto, às vezes, que há certos temas de pesquisa que vão se impondo como dominantes, porque há grupos de trabalho consolidados em torno

desses temas, porque há financiamentos internacionais, porque já existe todo um arsenal de instrumentos de construção de indicadores, em torno de certas questões (como a dos “nem nem”, como a do “desengajamento” no ensino médio) e a gente deixa de buscar entender experiências e que os jovens estão vivendo e que questões estão levantando em outros campos.

Outro problema é que, muitas vezes, os projetos de pesquisa, principalmente aqueles que visam desembocar em proposições para a ação pública, partem de receitas que temos para a vida dos jovens. Por exemplo: o pensamento mais crítico na academia e na política tem uma formulação bastante arraigada de que os jovens não deviam trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Que isso é ruim, é prejudicial para a formação do jovem. Então, temos essa assertiva de que passar o dia inteiro na escola, no ensino integral, ou mesmo na universidade, é muito melhor para o jovem. E produzimos todos os nossos diagnósticos usando uma métrica de quão distantes estão as condições concretas dos jovens para viver essa juventude ideal e o que temos de fazer para garantir a todos tal vivência. E deixamos de ver quais são as questões concretas, as outras, que eles já estão vivendo. Por que eles fazem esses arranjos na vida? Quando e porque são compelidos, ou escolhem a fazer esse tipo de arranjo?

Nós trabalhamos muito na chave da inclusão ou exclusão dos jovens dos espaços, instituições ou atividades que constituem seus direitos essenciais. Isso é fundamental, e foi o que orientou tanto a maior parte de nossas pesquisas como a elaboração de nossas pautas políticas. A democratização e ampliação do acesso e permanência. E isso continua sendo fundamental. Mas Para mim, hoje, uma grande questão tem a ver cm as condições de permanência, da experimentação dessas esferas por parte dos jovens. Onde surge, com muita força, o tema da precariedade, e é isso o que precisa ser enfrentado. Não é só a qualidade da educação; mas as condições precárias do trabalho, que aparecem como tema mais importante até que o do desemprego, ou da falta de emprego. E que acarretam outras precariedades na vida dos jovens: a da possibilidade de tempo livre, de

conciliação entre trabalho e estudo, entre essas duas dimensões e a vida familiar, tempo livre remunerado para viver lazer, cultura, sociabilidade...

—Que conselhos você daria aos jovens pesquisadores de juventudes?

—Eu insistiria em reforçar para os pesquisadores que a coisa mais importante de uma pesquisa é a pergunta, e a perspectiva na qual a pergunta se inscreve. Quais são as perguntas que queremos fazer sobre os jovens? E quais são as questões que imaginamos que os jovens podem nos ajudar a formular para a sociedade como um todo? Outra coisa importante é não renunciar à nossa soberania intelectual. Insistir na soberania latino-americana e dos nossos países nas pesquisas sobre as juventudes. Claro, sem bairrismo ou enclausuramentos, não estamos nem queremos estar desconectados das questões globais e de soluções internacionais. É preciso olhar para o mundo, tem que olhar para o que os outros países estão fazendo, dialogar com os pesquisadores de todos os lugares, mas é preciso pensar também nas experiências singulares da América Latina. Pensar que muitas dessas agendas de pesquisa que estão sendo construídas vêm de relatórios de instituições internacionais que tem uma agenda localizada em uma posição definida dentro da disputa pela hegemonia mundial, que essas instituições têm um projeto político muito definido, e que seus projetos de pesquisa, seus indicadores, seus financiamentos estão, nesse sentido, muito implicados nesse projeto.

Isso não quer dizer que a gente não tenha que ponderar, estudar e tentar responder às questões que esses organismos propõem, mas precisamos ver as coisas de outros ângulos também. Porque nós temos que pensar que os nossos projetos políticos podem ser diferentes e, portanto, eles têm que seguir pistas diferentes também. Precisamos estar alertas para o fato de que os dados que são produzidos internacionalmente podem ser bons, podem ser produzidos com boas metodologias, mas as interpretações feitas sobre os dados têm sempre um ângulo, uma perspectiva. Eu insisto que temos que olhar os dados a partir das questões

sobre as experiências dos jovens também, não comprar diagnósticos prontos. Porque não é desconfiar, é entender os ângulos a partir dos quais os diagnósticos estão sendo construídos e se permitir desenhar novos diagnósticos. Acho que isso é um desafio para os pesquisadores da América Latina.

A outra coisa que eu acho também muito importante é pensar no sentido das mudanças, que valorizamos tanto. Como eu estou falando o tempo todo que temos que repensar os diagnósticos, os conceitos a partir dos contextos históricos que vivemos, porque eles sofrem muita transformação, também temos que relativizar os prognósticos sobre o destino das mudanças em curso. Muitas vezes, nós tomamos os traços de mudança como absolutos, as tendências sugeridas como inexoráveis. E temos que entender que nada é inexorável e as coisas sempre têm compassos e temporalidades diferentes convivendo no mesmo período histórico. A inovação tecnológica, por exemplo, é um elemento fundamental para ser considerado na configuração das situações vividas pelos jovens. Mas ela tem que ser entendida na sua complexidade, nas suas ambiguidades e das inúmeras possibilidades abertas, boas e ruins. Não é um dado em si, por si.

A mesma coisa em relação ao futuro do trabalho. Ouvimos: “não vai ter mais emprego para ninguém, não existe mais emprego formal, os jovens nem sabem o que é uma carteira de trabalho e por isso o tema dos direitos do trabalho é uma agenda ultrapassada”. Quem é que disse que isso é assim mesmo e que esse futuro é inevitável? Tem muita gente falando isso, mas onde estão os estudos sobre a realidade concreta e diversa vivida pelos jovens? No Brasil, por exemplo, se olharmos os dados estatísticos produzidos pela PNADC/ IBGE, veremos que a maior parte dos jovens ocupados está em empregos assalariados, e numa relação de 2 para 1 em empregos formais, com carteira assinada. E não no trabalho autônomo, no “empreendedorismo”, como muita gente pontifica. O que os jovens estão vivendo, quais são as questões e problemas envolvidos nessas diferentes situações de trabalho? Os conflitos são muitos, e cruciais: os jovens trabalhadores assalariados vivem muita precariedade e violação de seus direitos. Mas se

dissermos que eles não existem, ou são uma “espécie em extinção”, não seremos capazes de vê-los, nem de estudar, pesquisar e muito menos considerar uma pauta importante das nossas agendas de pesquisa e de luta política.

Aquilo que fazemos e aquilo que pensamos têm interferência, também pode mudar o presente e o destino, as tendências podem ser revertidas e os nossos horizontes sempre podem ser alargados.

ENVIADO: 15 DE SEPTIEMBRE DE 2024

ACEPTADO: 31 DE OCTUBRE DE 2024

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. (2005). O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In M. V. FREITAS (org.), *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa.

PUBLICAÇÕES DA ENTREVISTADA (SELEÇÃO)

ABRAMO, H. W. (2022). Jovens na pandemia: muitas dores e o direito de dizer não. In A. L. D. SILVA SOBRINHO, H. W. ABRAMO & M. D. C. VILLI, *Jovens e saúde: revelações da pandemia no Brasil 2020-2022* (p. 184-201). Fiocruz.

_____. (2020). Apresentação. In *Juventudes SP: panoramas e iniciativas com foco na juventude de São Paulo*. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

_____. (2014). *Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude*. Secretaria Nacional de Juventude, Brasil.

_____. (2005). O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In M. V. FREITAS (org.), *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa.

_____. (2003). Espaços de juventude. In *Políticas Públicas: juventude em pauta*. Cortez.

_____. (2001). Juventude e cultura. Reprodução de parte do debate “Juventude e Cultura”, realizado pela Comissão da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo, em 21 jun. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/outras-pjs/juventude_cultura.pdf.

_____. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 05-06, 25-36. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781997000200004&script=sci_abstract.

_____. (1994). *Cenas juvenis: punks e darks no cenário urbano*. Scritta.

ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. (orgs.) (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.

INVESTIGACIÓN Y LUCHA POLÍTICA CON JUVENTUDES: UNA ENTREVISTA CON HELENA WENDEL ABRAMO

HELENA WENDEL ABRAMO⁴

VANESSA ARAÚJO CORREIA⁵


VICTOR HUGO NEDEL OLIVEIRA⁶


RESUMEN

En esta entrevista conversamos con Helena Wendel Abramo, una de las investigadoras más destacadas en el campo de los estudios de juventud en Brasil. Repasamos su trayectoria como investigadora, gestora y militante, sus aportes, nuevas preocupaciones y apuntes en el campo de la investigación con jóvenes y la formulación de políticas públicas dirigidas a ellos.

PALABRAS CLAVE: JÓVENES, JUVENTUDES, POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUD,
INVESTIGACIÓN, INVESTIGACIÓN CON JÓVENES.

⁴ Investigadora. Magíster en Sociología por la Universidad de São Paulo. Correo electrónico: hwabramo@yahoo.com.br

⁵ Estudiante de Doctorado en Sociología de la Universidad de São Paulo. Correo electrónico: vancorreia@usp.br 

⁶ Profesor adjunto e investigador del Departamento de Geografía y del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder del Grupo de Estudio e Investigación sobre Juventud y Educación (GEPJUVE/UFRGS/CNPq). Correo electrónico: victor.nedel@ufrgs.br 

INTRODUCCIÓN

Helena Wendel Abramo es una socióloga e investigadora brasileña de gran relevancia en el estudio de las juventudes en Brasil, además de ser una figura importante en la formulación de políticas públicas dirigidas a ese público. Su producción está profundamente arraigada a las realidades sociales de los jóvenes, ya que no solo las describe, sino que busca transformar las condiciones de vida de ese grupo. La mediación entre la investigación y la práctica política marca su trayectoria como intelectual orgánica, comprometida con la promoción de los sujetos con los que investiga.

La conversación con Helena da continuidad a las entrevistas con investigadores e investigadoras de juventud realizadas por la revista *Última Década* en el último período y que, al igual que las otras, discute los desafíos metodológicos para el trabajo de investigación en América Latina.

—Helena, lo primero que creemos que les interesará a los investigadores que siguen tu trabajo y que leerán esta entrevista es saber lo que te llevó a investigar y trabajar con jóvenes. Y, mirando en tu trayectoria, nos gustaría saber cómo y por qué empezaste a interesarte por los fenómenos juveniles.

—Entré a la universidad en 1977 y formé parte de una generación para la que la discusión sobre la juventud estaba muy marcada por la generación anterior, la de 1968, que libró una lucha importantísima en Brasil, con una dimensión política, cultural y de comportamiento, y que vivió la represión y el cierre de la sociedad, vivió la dictadura que golpeó de forma muy violenta a los jóvenes. En secundaria, yo ya había estado involucrada desde antes, en el típico grupo de teatro, en el periódico escolar, en un intento de reconstruir los centros cívicos, los gremios que habían sido prohibidos por la dictadura... Cuando ingresé a la universidad, a la carrera de Ciencias Sociales en la USP (Universidad de São Paulo), tuve, digamos, la suerte de entrar en 1977, porque fue el año en que el

movimiento estudiantil empezó a hacer nuevamente manifestaciones callejeras, que habían sido duramente reprimidas desde el AI5⁷. Fue precisamente en el año 1977 cuando el movimiento estudiantil logró retomar su papel público, como resultado de un largo y minucioso trabajo de reconstrucción llevado a cabo por los valientes líderes que resistieron durante los peores años de la dictadura. Entonces, la discusión sobre la juventud hasta ese momento estaba muy vinculada al ámbito social (estudiantes de clase media) y a la pauta política que era muy fuerte, muy intensa, de la generación anterior. Sin embargo, para los que estaban entrando a finales de los años 70, ya existían diferencias generacionales, algunos temas ya eran diferentes, la composición social empezaba a cambiar y los propios cuestionamientos contra el régimen político autoritario adquirían otros matices. Entonces, esa búsqueda por tratar de entender a qué preguntas estaba respondiendo cada segmento de jóvenes, cada generación, cada manifestación juvenil, según el contexto histórico y las experiencias vividas, ya venía de mi propia práctica y de los debates internos que el movimiento estudiantil estaba teniendo en esa época. Mi generación ya era una generación que empezaba a discutir el tema de la cultura de una manera diferente a la década anterior, y también un poco el tema del medioambiente, así que se comenzaron a plantear, digámoslo así, nuevas agendas. Pese a ello, todavía seguía estando muy vinculada a esa ubicación social, de clase, del papel como estudiante y de la lógica de la organización política.

Cuando terminé la carrera de pregrado y empecé a interesarme por seguir estudios de posgrado, a principios de los años 80, me impactaron mucho las manifestaciones de jóvenes de un universo completamente distinto, los grupos culturales que se articulaban en torno a los estilos musicales, no en oposición, sino que al margen de la industria cultural, los *punks* en primer lugar. Terminé la

⁷ El Acto Institucional N° 5 fue un instrumento jurídico emitido por el régimen militar brasileño en los años siguientes al golpe de Estado de 1964, que daba poderes extraordinarios al presidente de la república y suspendía varias garantías constitucionales. (N. de la T.)

carrera en 1981 y, en ese período, ellos ya estaban actuando y haciéndose visibles. Observar sus manifestaciones, grupos, música, estilo y espectáculos produjo en mí una pregunta muy fuerte.

En 1982, tuvo lugar en el Sesc Pompeia el festival punk *O Começo do Fim do Mundo*. Eso realmente tuvo un gran impacto. La pregunta que me surgió fue: ¿quiénes son esos jóvenes?, ¿qué exigen?, ¿qué quieren producir de interferencia? Parecían no tener nada que ver con nuestra experiencia, con lo que Brasil estaba acostumbrado a ver en términos de manifestación pública, política o de comportamiento producidas por los jóvenes de clase media. Eran otros, con otras preguntas. Y estaban produciendo interferencias, interpelaciones, tan contundentes como las nuestras.

Durante ese período, la prensa, los periódicos y las revistas también empezaron a dirigir su atención a los segmentos de consumidores jóvenes, creando secciones o suplementos con artículos sobre música, moda y comportamiento. Podría decirse que el primer foco de atención, informaciones y debate sobre esos fenómenos tuvo lugar dentro de la propia industria cultural, en los suplementos culturales de los periódicos; sin embargo, en la universidad no existía una discusión actualizada sobre la juventud, o al menos sobre la juventud más allá del universo estudiantil.

Cuando entré a la universidad, Maria Alice Foracchi ya había fallecido (prematuramente, ¡por desgracia!), dejando un enorme vacío, y ese tema no estaba siendo discutido por ningún otro investigador, al menos en la USP.

En los cursos que hice, lograba captar algo de conocimiento sobre la situación de los jóvenes a través de estudios sobre estrategias familiares de supervivencia, la disposición de las familias para seguir adelante con la vida. Entonces, dentro de eso, aparecía la distribución de los papeles de los diferentes miembros de la familia y, de alguna manera, las relaciones intergeneracionales,

y podíamos entender algo sobre la vida de los jóvenes de las clases populares, de las clases trabajadoras.

Bueno, todavía pensando en cómo ese tema llegó a mí, uno de los primeros trabajos que hice después de graduarme fue en el CEDEC (Centro de Estudios de Cultura Contemporánea). Fue una gran experiencia para mí. Fue un trabajo coordinado por el profesor Lúcio Kowarick, con Maria Célia Paoli y Vera Silva Telles, todos grandes intelectuales, investigadores y profesores que fueron sumamente importantes en mi formación. Era un estudio sobre el modo y condición de vida de la clase trabajadora en Brasil, centrado en los trabajadores metalúrgicos de São Paulo y del ABC, que acababan de emerger como actores sociales contemporáneos por las huelgas de 1978. Comencé a trabajar como estudiante en práctica en este gran grupo de investigación con datos estadísticos, pero también con entrevistas cualitativas a los distintos miembros de las familias de los trabajadores metalúrgicos, sus esposas e hijos jóvenes. Por suerte, fui la encargada, junto con Vera Telles, de hacer las entrevistas con los jóvenes, los hijos. Mi interés por comprender lo que le estaba pasando a esa juventud de las clases trabajadoras se profundizó en ese trabajo.

Bueno, creo que así fue cómo nació mi interés intelectual por el tema. Y, por supuesto, dialogaba con las preguntas que traía desde mi propia actuación juvenil, entonces, nunca fue un interés netamente académico. Siempre fue un interés que también tenía que ver con lo que le estaba pasando a la sociedad brasileña y a nosotros dentro de ella. Fue también el momento del nacimiento del Partido de los Trabajadores, en el que estuve involucrada desde el principio. Entonces, mi interés era entender quiénes eran los “nuevos personajes que entraban en escena”, como decía Eder Sader, otro referente fundamental en mi formación intelectual y política. También me interesaba mucho entender cómo los jóvenes se constituían como personajes en ese nuevo mundo complejo que emergía de una larga dictadura y de un nuevo orden social y económico, y por tanto con un tejido social con una trama diferente. Lo difícil fue lograr hacer un

proyecto de investigación y encontrar un supervisor para mi maestría, porque el tema de la juventud realmente había salido de la pauta de la sociología en ese momento.

—¿Encontraste alguna resistencia en la universidad para trabajar con el tema de las juventudes?

—No encontré ninguna resistencia, al contrario, los profesores de mi época siempre fueron muy amables. Y mi supervisora, Irene Cardoso, fue maravillosa conmigo. Porque me dijo: “Mira, no es un tema en el que tenga mucha experiencia, pero exploremoslo juntas”. Entonces ella me ayudó mucho en la búsqueda de bibliografía y referencias, ¡y en aquella época no había Internet! Fui reuniendo todo lo que existía, que no era mucho...

Toda mi clase de posgrado estaba involucrada en los estudios de los llamados “nuevos movimientos sociales”, sobre eso había bibliografía de vanguardia, reflexión en desarrollo, debate intelectual; era eso lo que yo misma estaba estudiando en las disciplinas. Sin embargo, sabía que no quería clasificar esas manifestaciones, esos grupos de jóvenes, como movimientos sociales, me daba cuenta de que no era posible entenderlos de la misma manera que estábamos entendiendo los movimientos de salud, de vivienda y de mujeres. Pensaba que se trataba de otro tipo de fenómeno, que requería de otro enfoque conceptual. Pero tampoco me bastaba la interpretación disponible que buscaba enmarcarlos como un fenómeno de consumo, como un “mero producto alienado de la industria cultural”, estaba segura de que esa visión no captaba el sentido más importante de aquellas experiencias. Así que me resultó muy difícil construir un marco teórico que me ayudara a interpretarlas.

Mi solución fue adoptar la perspectiva histórica y utilizar la clave de la cuestión de las generaciones. En ese sentido, fue la lectura de Karl Mannheim la que más me ayudó, sobre todo para comprender que cada generación tiene que lidiar con contextos específicos, elaborar respuestas y preguntas para sí misma

que también acaban interpelando a la sociedad. Es en esa perspectiva desde la que he estado investigando sobre los jóvenes: buscar entender con qué están lidiando en cada contexto, qué tipo de respuesta pueden elaborar y, de ese modo, qué preguntas le plantean a la sociedad y la obligan a elaborar nuevas respuestas.

Afortunadamente, poco después, el tema ganó más terreno y los estudios y enfoques se fueron ampliando y diversificando. Pudimos avanzar en su comprensión como un fenómeno cultural, con múltiples determinaciones; pudimos explorar su comprensión a partir del debate teórico sobre la identidad y con el avance de los estudios sobre acción colectiva. Y hoy tenemos muchos investigadores y grupos de investigación, áreas de postgrado, revistas y simposios centrados en el tema de la juventud. Tenemos jóvenes investigadores en el mundo académico, muchos de ellos procedentes de las clases populares, reivindicando la posibilidad de contar su propia historia, de aportar sus propios puntos de vista a la reflexión académica. Lo que es muy bueno, refrescante, y ha aumentado inmensamente nuestra capacidad de comprensión.

Me quedé en el tema, pero no en el mundo académico.

Intenté seguir la configuración de otros grupos juveniles, y también buscar reflexionar sobre cómo la sociedad, las instituciones, los demás actores y movimientos sociales absorben (o no), cómo reaccionan, cómo dialogan con lo planteado por los jóvenes, en la agenda pública, en la elaboración de políticas públicas. Ese fue el tema de mi doctorado, que nunca terminé por temas personales. Mi investigación de doctorado era sobre la “tematización de la juventud en los años 1990”; lo dejé con tres capítulos escritos, pero un poco de la tesis principal es lo esbozado en un artículo que se publicó en 1997 en la revista *ANPED*, uno de los primeros “dossiers” con artículos académicos sobre juventud, organizado por Marília Sposito y Angelina Peralva.

He seguido con el tema por el resto de mi vida, a pesar de los muchos inconvenientes que pueda sentir por el “no ser quién para hablar de ello”, porque

el tema sigue instigándome, provocándome. Haciendo mucha investigación, desde distintos alcances y metodologías, en diferentes espacios institucionales, pero casi siempre para construir diagnósticos que orienten la formulación de agendas y propuestas de políticas públicas.

¿Por qué insisto en la juventud? Obviamente no es porque quiera identificarme con los jóvenes. Tampoco es porque los prefiera a otros grupos etarios. No creo que los jóvenes sean prioridad en relación con todos los grupos, creo que los niños y los adolescentes, sin duda, son prioridad. Siempre lo he pensado. Pero creo que, a pesar de su protagonismo en los medios de comunicación y en las convocatorias políticas, sus temas siguen siendo poco considerados, y sus experiencias más significativas siguen siendo en gran medida invisibles o descalificadas. Por eso sigo pensando que es esencial que se hagan investigaciones, muchas investigaciones, buenas investigaciones, porque aún queda mucho por saber. Y con cada generación, es necesario actualizar ese conocimiento. Y, finalmente, porque con las preguntas que plantean los jóvenes podemos ampliar el abanico de las posibles respuestas para la sociedad.

Mi compromiso político con el tema no surge de la idea de que los jóvenes sean los únicos o principales responsables de la transformación. No tengo esa visión, no me gusta ese llamado a la acción. Pero sí creo que los temas, conflictos y problematizaciones que ellos traen con sus experiencias únicas nos convocan, a aquellos que están interesados en transformar la sociedad, a enfrentar temas que aún no han sido incorporados, y a ampliar nuestros horizontes de posibilidades, a transformar nuestro mundo en direcciones inusitadas.

—En tu trayectoria hay una combinación entre la investigación científica, la militancia política y el trabajo en la administración pública. ¿Cómo actuaste en cada uno de esos frentes y qué aportes y desafíos experimentaste en cada uno de ellos al abordar la temática de la juventud?

—En lo académico, el principal desafío fue avanzar en un tema que en ese momento no tenía una línea o grupo constituido, ni desde el punto de vista del objeto, ni desde el punto de vista de un marco teórico. Hice mi maestría con mucha dificultad, me demoré mucho, y fue muy difícil construir una manera para lograr hablar de lo que yo quería. Mientras tanto, necesitaba trabajar, necesitaba seguir adelante con mi vida y construir un lugar profesional. Ya había trabajado un poco en algunos centros de investigación. Nunca tuve el deseo de ser profesora, así que tampoco pensé en ir a la universidad, porque no tenía la perspectiva de ser profesora. Y trabajé en centros que en aquella época eran el lugar donde se hacía investigación en ciencias sociales, en el CERU (Centro de Estudios Culturales y Urbanos) y luego en el CEDEC; también estaba el CEBRAP (Centro Brasileño de Análisis y Planificación), donde no trabajé, pero participé en un programa de capacitación de personal. Luego me presenté a un concurso para ser socióloga del Municipio de São Paulo, bajo la gestión de Luisa Erundina, y quedé, siendo asignada para trabajar en la Secretaría de Cultura, que entonces dirigía Marilena Chauí, en un proyecto piloto sobre memoria e historia oral coordinado por Maria Celia Paoli, otras dos maravillosas profesoras y grandes referentes. Ahí se instaló en mí esa perspectiva, ese deseo de construir políticas públicas que tuvieran sentido, esa apuesta de que mi acción profesional, como socióloga, también pudiera contribuir a la transformación de la sociedad, de la vida de las personas. Creo que esa fue una de las principales apuestas que hice. La idea de que es posible hacer algunas transformaciones a través de las políticas públicas. En Brasil, creo que el Estado sigue siendo un promotor de transformaciones. Después de nuestra terrible experiencia con la dictadura, en la que el Estado era simplemente represor; con los gobiernos democráticos populares, después de la Constitución de 1988, reabrimos esa posibilidad de esperanza. Comencé mi vida profesional en ese momento y construí esa perspectiva profesional a partir de ese impulso.

Hice una pequeña pausa justo al principio de mi carrera en el Municipio, porque *Ação Educativa*, una ONG recién creada que trabajaba con la educación popular, me llamó para que abriera el área de juventud y me tomé dos años de permiso sin sueldo y me fui a trabajar con ellos. Así que ese fue otro nivel de involucramiento con el tema de la juventud, a partir de lo que llamábamos “organizaciones de la sociedad civil”. Allí pude tener contacto con varios grupos juveniles que se estaban constituyendo, formando, algunos vinculados a la educación, otros a la cultura, como los de hip hop.

Entonces se inició un debate sobre los derechos de los jóvenes. Fue un período de gran efervescencia, porque coincidió con la reorganización de la sociedad civil y la constitución de gobiernos de corte democrático popular, que intentaban pensar en programas, cosas para diversos segmentos, incluidos los jóvenes. Así, teníamos a la academia mostrando cambios en la constitución sociológica de una generación, a los nuevos gobiernos de corte democrático popular intentando pensar en cosas para los jóvenes, a los nuevos partidos políticos, especialmente los de izquierda, estructurando o reestructurando sus secciones juveniles, a los grupos de pastoral juvenil creando grupos de acción y desarrollando campañas públicas, a los grupos culturales expresando públicamente sus demandas, a ciertos movimientos sociales empezando a dialogar con el tema de la juventud, como el movimiento negro con el hip hop. También teníamos la acción de organizaciones multinacionales, como las vinculadas a la ONU, impulsando proyectos, en conexión con organizaciones que actuaban a partir del voluntariado, el tercer sector, la llamada “nueva filantropía” y, poco después, el aumento de la presencia de institutos y fundaciones empresariales, que siempre consideraron a los jóvenes como uno de sus públicos preferentes.

Es en ese contexto de múltiples actores que se desarrolla la agenda de la juventud, lo que le confiere una característica interesante que es dimensión de las construcciones colectivas y, al mismo tiempo, está atravesada desde el principio

por numerosas polémicas y disputas políticas. Disputas conceptuales, sobre el papel de los jóvenes, sobre las pautas prioritarias, sobre cómo se debían dar la organización y participación de los jóvenes...

Ese período también fue muy rico para mí porque creo que dialogué con todos esos actores. En función de mi investigación, me invitaban a debatir con profesores y entidades estudiantiles, con ONG, fundaciones y movimientos sociales, con municipios, juventudes de partidos, grupos pastorales y grupos de periferias... siempre con preguntas que incluían “¿quiénes son los jóvenes de hoy?”, “¿qué hacen?” y “¿qué quieren?”. Debo decir que, además de la investigación, fue en esos diálogos donde construí muchas de mis percepciones e interpretaciones de las agendas en formación.

Después me fui involucrando cada vez más en la formulación de políticas públicas orientadas hacia los jóvenes: en la Cámara Municipal de São Paulo, donde asesoré a la primera comisión legislativa de políticas públicas para la juventud, instalada por el entonces concejal Nabil Bonduki; en la primera formación del CONJUVE (Consejo Nacional de la Juventud), donde ayudamos a formular las bases para el desarrollo de la política nacional de juventud, proceso liderado por Regina Novaes, otra gran compañera de militancia política e intelectual en ese tema; también participé en la gestión de la Secretaría Nacional de Juventud, durante el gobierno de Dilma, hasta el golpe de 2016; y en la propia Secretaría Municipal de Cultura, a la que volví y en la que sigo hasta hoy, donde desarrollamos diversos programas dirigidos a los jóvenes de las periferias, como el VAI (Programa de Valorización de Iniciativas Culturales) y el PJMC (Programa Joven Monitor Cultural).

—En el artículo “O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro” (El uso de las nociones de adolescencia y juventud en el contexto brasileño) (Abramo, 2005), presentas dos tareas complementarias para el debate sobre la cuestión juvenil: una conceptual, que se refiere a la

consolidación de una definición social de lo que es la condición juvenil, y otra política, relativa a la construcción de una noción común sobre qué derechos deben ser garantizados para que las personas puedan vivir la condición juvenil. ¿Cómo percibes que se han llevado a cabo esas dos tareas en las dos últimas décadas? ¿Hemos avanzado?

—Ese texto es un buen ejemplo de mi producción, que no considero una producción académica porque, fuera de mi tesis de maestría, todo lo que he escrito, investigado o hecho siempre ha estado impulsado por una pregunta planteada por las necesidades políticas del momento, en el sentido de la construcción de la agenda de derechos para los jóvenes. Y, también, por una huella controvertida, siempre estoy disputando una idea, una posición, frente a otras situadas en la arena política, incluso cuando hablamos de conceptos, de la condición juvenil, por ejemplo. Porque es eso, no existe definición conceptual sociológica de juventud que no sea una concepción en disputa, un concepto en disputa. Es una construcción que depende de una perspectiva, depende de una posición, depende de una forma de ver el tema y también depende de un objetivo, de lo que quieras hacer con eso. Sé que mi producción siempre está marcada por eso.

Trato de dejar explícita la intención política en mis textos, porque de hecho es lo que he tomado como forma de pensar, investigar y escribir, es la búsqueda por conquistar derechos para los jóvenes, de construir un lugar transformado para ellos en la sociedad y de acentuar la dimensión transformadora que también puede tener su presencia y su experiencia. Sin embargo, para eso se necesita investigación genuina y metodológicamente correcta, es necesario ser capaz de cuidar la definición conceptual y hacer diagnósticos bien elaborados sobre la situación de los jóvenes.

En ese texto, nuestra intención (lo pongo en plural porque los temas que motivaron el texto fueron muy compartidos con Magi (Maria Virginia de Freitas)

y Fernanda Papa, organizadoras de la publicación) era, entre otras cosas, proporcionar una base conceptual para la formulación de la agenda pública sobre juventud que se estaba configurando en el país. Uno de los temas controvertidos y objeto de disputa era la diferenciación del campo de la juventud del de la infancia y del de la adolescencia. Y, al mismo tiempo, los parámetros para la formulación de políticas públicas, ya en ese momento atravesada por la presencia, en América Latina, de la acción de organismos internacionales como la ONU, UNICEF, UNESCO, OMS, BID y OCDE, que estaban orientando la construcción de programas, políticas y organizaciones para la juventud en todos los países.

Y quisimos establecer en esa publicación cuáles podrían ser las referencias para la construcción de una agenda particular para Brasil, con sus especificidades y perspectivas políticas en un momento en que se estaba constituyendo un gobierno de carácter popular, democrático y comprometido con la justicia social, como el gobierno de Lula.

Lo que creo que se les debe decir o se les podría decir a los investigadores y a los que están en el mundo de la política, actuando, es que siempre es necesario empezar por un buen diagnóstico. No creo que tengamos respuestas preparadas, respuestas estándar, y que podamos tomar las agendas establecidas globalmente sin hacer un esfuerzo reflexivo, muy dedicado, para enfrentarnos a los diagnósticos de lo que tenemos en ese momento, porque los temas no duran mucho tiempo de la misma manera. Tenemos cuestiones estructurales, como la explotación de los trabajadores jóvenes, el racismo genocida, la desigualdad social, pero tenemos una transformación de cómo eso se configura con cada generación, con cada momento histórico, por lo que siempre tenemos que actualizar el diagnóstico.

Cuando tuvimos la discusión al inicio del gobierno de Lula en torno al Proyecto Juventud, que fue un momento muy importante en la elaboración inicial

de la agenda pública que luego buscaría traducirse en una política nacional de juventud, hubo una gran disputa conceptual sobre los paradigmas por los cuales los jóvenes eran vistos y tratados, desde el punto de vista de las políticas públicas. Es aquella discusión del “joven como problema”, el joven como “un ser en formación” que tienes que moldear a través de la educación, y la idea del “joven como sujeto de derechos” o como “actor del desarrollo social”.

Entonces, yo diría que nuestro primer choque y esfuerzo conjunto fue tratar de superar la idea del joven como un problema, en el sentido de que el joven es aquel que, por sus comportamientos, se causa problema a sí mismo y a la sociedad, entonces la acción del Estado tendría que ser rescatar, controlar... controlar primero, y si se desvía, tienes que rescatarlo, contenerlo o salvarlo. Tuvimos que hacer muchos esfuerzos para superar esa visión del joven como problema. Y creo que logramos, de alguna manera, problematizar esa visión.

También considero que lo que tomó fuerza en ese llamado campo de las políticas públicas para la juventud fue la perspectiva que implica una mezcla de los paradigmas de los jóvenes como sujetos de derechos con el de jóvenes como actores de desarrollo. Los jóvenes deben tener derechos, pero también deben participar en la definición de los derechos. Esto fue lo que orientó la construcción de la mayoría de las políticas de juventud. En ese sentido, tuvimos una “victoria” conceptual y también tuvimos logros en la construcción de una agenda de derechos que antes no existía.

Otro logro importante fue comprender la diversidad que atraviesa la juventud y estructurar, como eje de la agenda, la lucha contra las desigualdades y la afirmación de los derechos relacionados con toda la diversidad. La pauta de la juventud es la pauta de los derechos de cada uno a ser quien quiera ser. Ese es un logro fundamental de esa generación de jóvenes, que sigue siendo una lucha, ahora renovada como eje central de la lucha contra el fascismo. Entonces, sin lugar a duda, tuvimos muchos avances en este período.

Ahora, tuvimos recientemente un período de retroceso. Tanto en los derechos como en el concepto. Y creo que esos retrocesos se produjeron tanto en el período del gobierno de Bolsonaro (2018-2022), que destruyó y discontinuó políticas, y no respetó los derechos, como en el período inmediatamente posterior al golpe de 2016, bajo la gestión de Michel Temer (2016-2018), donde hubo un repentino cambio de paradigma, de la idea de derechos a la idea de la apuesta, y exigencia, en la “productividad” de los jóvenes.

—Y, en tu opinión, con el cambio de gobierno en 2022, ¿Brasil pudo retomar los avances y frenar esos retrocesos?

—Creo que es demasiado pronto todavía para evaluar eso. Pero pienso que tenemos que estar atentos. Unicef volvió a ser un actor predominante en el debate sobre la juventud de Brasil, llevando la discusión a la adolescencia. ¿Y qué hay de malo en centrarse en la adolescencia? Como dije, sigo pensando que el adolescente es prioridad en relación con el joven, de modo general, pero cuando produces diagnósticos solo mirando los temas de la adolescencia, dejas de entender, y problematizar, lo que está siendo vivido por aquellos que están en la siguiente etapa del ciclo vital, la etapa de la juventud, donde se plantean algunas de las cuestiones más cruciales de nuestro contexto histórico: como toda la discusión sobre el trabajo, sus condiciones, la precariedad, la necesidad de derechos, de trabajo decente o digno, no es un tema del adolescente, es un tema del joven, ¿me entiendes? Entonces, si solo lo miramos desde la perspectiva de las demandas de la adolescencia, nunca llegaremos a esos problemas.

—¿Qué brechas y desafíos identificas en el campo de la investigación con jóvenes?

—Me siento un poco afligida cuando pienso que los temas de investigación se repiten mucho y a veces siguen girando alrededor del mismo eje. Gran parte de las investigaciones sobre percepción política, por ejemplo, buscan responder si los jóvenes de hoy están más o menos conservadores, más cercanos

a la derecha que a la izquierda. Cuántos jóvenes se identifican con la izquierda, cuántos con la derecha. O sobre las formas de organización, si están más cerca o más lejos de las formas tradicionales e institucionalizadas de hacer política. Considero que esos temas son importantes y relevantes, pero lamento que haya menos curiosidad, menos investigación y menos reflexión sobre cuáles son las banderas de lucha que tienen esos y otros grupos. Sobre qué están debatiendo, qué los mueve a identificarse con uno u otro valor o espectro político.

Entonces, a veces tengo la sensación de que hay ciertos temas de investigación que se están volviendo dominantes, porque hay grupos de trabajo consolidados en torno a esos temas, porque hay financiamiento internacional, porque ya hay todo un arsenal de instrumentos para construir indicadores, en torno a ciertos temas (como el de los “ni ni” o el del “desenganche” en la educación secundaria), y dejamos de intentar comprender las experiencias y lo que los jóvenes están viviendo y planteando en otros campos.

Otro problema es que, muchas veces, los proyectos de investigación, sobre todo los que pretenden desembocar en propuestas de acción pública, parten de recetas que tenemos para la vida de los jóvenes. Por ejemplo: el pensamiento más crítico en la academia y en la política tiene una formulación bastante arraigada de que los jóvenes no debían trabajar y estudiar al mismo tiempo. Que eso es malo, es perjudicial para su formación. Entonces, tenemos esa afirmación de que pasar todo el día en la escuela, en la educación a tiempo completo, o incluso en la universidad, es mucho mejor para el joven. Y elaboramos todos nuestros diagnósticos utilizando una métrica de lo lejos que están las condiciones concretas de los jóvenes de vivir esa juventud ideal y lo que tenemos que hacer para garantizar que todos puedan vivirla. Y dejamos de ver lo concreto, lo otro, lo que ellos ya están viviendo. ¿Por qué hacen esos arreglos en las vidas? ¿Cuándo y por qué se ven obligados, o eligen hacerlos?

Trabajamos mucho en la clave de la inclusión o exclusión de los jóvenes de los espacios, instituciones o actividades que constituyen sus derechos esenciales. Eso es fundamental, y fue lo que orientó tanto la mayor parte de nuestras investigaciones como la elaboración de nuestras pautas políticas. La democratización y ampliación del acceso y la permanencia. Y eso sigue siendo fundamental. Pero para mí hoy, una cuestión importante tiene que ver con las condiciones de permanencia, de la experimentación de esas esferas por parte de los jóvenes. Donde surge, con mucha fuerza, el tema de la precariedad, y eso es lo que hay que enfrentar. No se trata solo de la calidad de la educación, sino de las condiciones precarias del trabajo, que aparecen como un tema más importante incluso que el del desempleo o la falta de empleo. Y eso trae consigo otras precariedades en la vida de los jóvenes: la posibilidad de tiempo libre, de conciliar trabajo y estudio, entre esas dos dimensiones y la vida familiar, tiempo libre remunerado para vivir el ocio, la cultura, la sociabilidad...

—**¿Qué consejo les darías a los jóvenes investigadores de juventudes?**

—Insistiría en reforzarles a los investigadores que lo más importante de una investigación es la pregunta, y la perspectiva desde la que se formula la pregunta. ¿Cuáles son las preguntas que queremos hacer sobre los jóvenes? ¿Cuáles son las preguntas que imaginamos que los jóvenes pueden ayudarnos a formular para la sociedad en su conjunto? Otra cosa importante es no renunciar a nuestra soberanía intelectual. Insistir en la soberanía latinoamericana y de nuestros países en las investigaciones sobre las juventudes. Por supuesto, sin localismo ni encierros, no estamos ni queremos estar desconectados de los problemas globales y de las soluciones internacionales. Tenemos que mirar al mundo, mirar lo que están haciendo otros países, dialogar con investigadores de todas partes, pero también tenemos que pensar en las experiencias singulares de América Latina. Pensar que muchas de esas agendas de investigación que se están construyendo provienen de informes de instituciones internacionales que tienen una agenda ubicada en una posición definida dentro de la disputa por la

hegemonía mundial, que esas instituciones tienen un proyecto político muy definido, y que sus proyectos de investigación, sus indicadores, su financiamiento están, en ese sentido, muy implicados en ese proyecto.

Eso no quiere decir que no tengamos que considerar, estudiar e intentar responder las preguntas que nos proponen estos organismos, sino que también tenemos que mirar las cosas desde otros ángulos. Porque tenemos que pensar que nuestros proyectos políticos pueden ser diferentes y, por lo tanto, también tienen que seguir caminos diferentes. Tenemos que estar atentos a que los datos que se producen internacionalmente pueden ser buenos, se pueden producir con buenas metodologías, pero las interpretaciones que se hacen de los datos siempre tienen un ángulo, una perspectiva. Insisto en que tenemos que mirar los datos también desde las experiencias de los jóvenes, no comprando diagnósticos ya hechos. Porque no se trata de desconfiar, sino de comprender los ángulos desde los que se construyen los diagnósticos y permitir diseñar nuevos diagnósticos. Creo que eso es un desafío para los investigadores de América Latina.

La otra cosa que me parece muy importante es pensar en el sentido de los cambios, que tanto valoramos. Como digo todo el tiempo, tenemos que repensar los diagnósticos, los conceptos a partir de los contextos históricos en los que vivimos, porque sufren muchas transformaciones, también tenemos que relativizar los pronósticos sobre el destino de los cambios en curso. A menudo tomamos los trazos de cambio como absolutos, las tendencias sugeridas como inexorables. Y tenemos que entender que nada es inexorable y que las cosas siempre tienen diferentes ritmos y temporalidades conviviendo en un mismo período histórico. La innovación tecnológica, por ejemplo, es un elemento fundamental para considerar en la configuración de las situaciones que viven los jóvenes. Pero hay que entenderla en su complejidad, en sus ambigüedades y las innumerables posibilidades que abre, tanto buenas como malas. No es un dato en sí mismo, por sí mismo.

Lo mismo ocurre con el futuro del trabajo. Escuchamos “ya no habrá trabajo para nadie, ya no hay empleos formales, los jóvenes ni siquiera saben lo que es una *carteira de trabalho*⁸ y por eso el tema de los derechos laborales es una agenda obsoleta”. ¿Quién dijo que esto es así y que ese futuro es inevitable? Hay mucha gente que lo dice, pero ¿dónde están los estudios sobre la realidad concreta y diversa que viven los jóvenes? En Brasil, por ejemplo, si nos fijamos en los datos estadísticos elaborados por el PNADC/IBGE, veremos que la mayoría de los jóvenes que trabajan lo hacen en empleos asalariados, y en una proporción de 2 a 1 en empleos formales con la *carteira* en regla. Y no en el trabajo independiente, en el “emprendimiento”, como muchos pontifican. ¿Qué están viviendo los jóvenes, cuáles son las cuestiones y los problemas involucrados en esas diferentes situaciones laborales? Los conflictos son muchos, y cruciales: los jóvenes trabajadores asalariados experimentan mucha precariedad y vulneración de sus derechos. Pero si decimos que no existen, o que son una “especie en extinción”, no podremos verlos, estudiarlos, investigarlos, y mucho menos considerarlos parte importante de nuestras agendas de investigación y lucha política.

Lo que hacemos y lo que pensamos tiene interferencia, también puede cambiar el presente y el destino, las tendencias pueden ser revertidas y nuestros horizontes siempre pueden ampliarse.

⁸ Se trata de un documento en el que se registra la vida laboral de los trabajadores brasileños, donde constan los principales datos de la relación laboral: fecha de admisión, cargo, salario, jornada, etc. Su formato era similar al de un pasaporte, sin embargo, en la actualidad es digital. Este documento sirve como medio de acreditación de la relación laboral y de sus particularidades. (N. de la T.)

BIBLIOGRAFÍA

ABRAMO, H. W. (2005). O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. En M. V. FREITAS (org.), *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa.

PUBLICACIONES DE LA ENTREVISTADA (SELECCIÓN)

ABRAMO, H. W. (2022). Jovens na pandemia: muitas dores e o direito de dizer não. En A. L. D. SILVA SOBRINHO, H. W. ABRAMO y M. D. C. VILLI, *Jovens e saúde: revelações da pandemia no Brasil 2020-2022* (pp. 184-201). Fiocruz.

_____. (2020). Apresentação. En *Juventudes SP: panoramas e iniciativas com foco na juventude de São Paulo*. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

_____. (2014). *Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude*. Secretaria Nacional de Juventude, Brasil.

_____. (2005). O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. En M. V. FREITAS (org.), *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa.

_____. (2003). Espaços de juventude. En *Políticas Públicas: juventude em pauta*. Cortez.

_____. (2001). Juventude e cultura. Reproducción de parte del debate “Juventude e Cultura”, realizado por la Comisión de Juventud de la Cámara Municipal de São Paulo, 21 de junio. Disponible en: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/outras-pjs/juventude_cultura.pdf.

_____. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 05-06, 25-36. Disponible en:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781997000200004&script=sci_abstract.

_____. (1994). *Cenas juvenis: punks e darks no cenário urbano*. Scritta.

ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. (orgs.) (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.